

ANTHONY GIDDENS

*Professor de Sociologia da
Universidade de Cambridge*

A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas

Tradução de

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE NUNES

Revisão técnica de

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

ZAHAR EDITORES

Rio de Janeiro

I

A TEORIA DE CLASSES DE MARX

É mais adequado que se considere Saint-Simon, e não Comte, como o pai da Sociologia, apesar deste último autor ter dado nome à nova disciplina. As idéias de Saint-Simon têm uma dupla linha de filiação: levam, por um lado, ao positivismo de Comte e, daí, através de Durkheim, às modernas teorias da "sociedade industrial"; por outro, à análise e crítica do "capitalismo" como foram formuladas por Marx e por gerações subseqüentes de marxistas.¹ Saint-Simon não era um pensador sistemático. Seus escritos são caóticos e quase sempre contraditórios. Mas ele realmente sintetizou os elementos de uma coerente teoria de classes sociais, situada dentro do quadro de referência de uma interpretação do desenvolvimento da Europa desde a época clássica até o industrialismo moderno. A sociedade, de acordo com Saint-Simon, passa por fases de crescimento, maturidade e declínio; cada tipo sucessivo de sociedade contém "o germe de sua própria destruição", gerado por seu próprio desenvolvimento interno. A idade contemporânea, acreditava ele, é uma época em que o conflito de classes é predominante porque é uma época de transição: o feudalismo decadente ainda não está completamente destruído, e a nova sociedade industrial emergente só está parcialmente formada. Saint-Simon identificou a origem material da nova sociedade no desenvolvimento de comunas urbanas livres por volta do fim do período feudal; estas estabeleceram uma coletividade de cidadãos independentes da aristocracia feudal. Essa burguesia urbana formou o núcleo da nova classe de *industriels* que derivavam suas pretensões de poder da posse de propriedade móvel criada na manufatura.

O uso que Saint-Simon faz de *industriel*, como o seu emprego da noção de "classe" em geral, estava longe de ser inteiramente consis-

1. Ver Georges Gurvitch, "La Sociologie du Jeune Marx", *La Vocation Actuelle de la Sociologie* (Paris, 1950), para uma defesa enérgica do significado das idéias de Saint-Simon na evolução do pensamento de Marx.

tente. Em algumas ocasiões, ele falava dos industriais como sendo um subagrupamento preciso da sociedade, uma classe distinta dos *prolétaires*. Mais caracteristicamente, entretanto, tratava os *industriels* como a totalidade das pessoas envolvidas na produção industrial, contrastando-os com os elementos “parasitas” ainda existentes entre os remanescentes da ordem feudal. A classe de *industriels*, assim, compreende todo indivíduo “que trabalha para produzir ou para colocar à disposição dos vários membros da sociedade um ou muitos meios de satisfazer as suas necessidades ou as suas predileções físicas...”² É neste sentido que Saint-Simon fala da classe industrialista como conseqüentemente destinada a tornar-se a “classe absoluta” na sociedade. Na sociedade industrial, a dominação coercitiva da minoria sobre a maioria, que caracterizou formas societárias anteriores, será substituída por uma ordem livremente aceita por todos os seus membros. O advento da sociedade industrial transfere da subjugação do homem para a subjugação da natureza o impulso humano para o poder. Portanto a sociedade de “uma classe” é a sociedade “sem classes” — embora não seja igualitária em termos de distribuição diferencial de remuneração. Na sociedade industrial, a “administração” de coisas irá substituir o “governo” de homens: o Estado, como um instrumento de dominação de classe, vai desaparecer.

É óbvio que muitos dos principais elementos das concepções de classes e conflito de classes de Marx se encontram em Saint-Simon. Mas, se aquele deveu muito a este, também contou bastante com outras tradições teóricas — incluindo sobretudo, é claro, a filosofia alemã clássica e a economia política ortodoxa de Smith e Ricardo — e o postulado geral que formulou é uma síntese bem mais contundente do que aquela desenvolvida por seu predecessor. Nenhuma grande idéia no pensamento social é produto de uma única mente; a rigor, o grande pensador dá expressão concreta a concepções que estão sendo formadas no clima intelectual de sua época. Na maioria das obras de Marx, assim como nas de Saint-Simon, o conceito de classe é usado livremente sem que seja fornecida uma definição formal. Só perto do fim de sua vida é que Marx sentiu ser necessário oferecer uma discussão formal dos atributos de classe, e o famoso fragmento sobre “as classes”, que aparece no final do terceiro volume de *O Capital*, interrompe-se precisamente no ponto em que ele parecia estar prestes a oferecer uma declaração concisa sobre a natureza do conceito. É evidente que essa é uma das razões que ajudaram a complicar

2. Saint-Simon, *La Physiologie Sociale* (Ed. Gurvitch, Paris, 1965), p. 141.

ainda mais os pontos já difíceis existentes no debate sobre a “interpretação” dos seus trabalhos a este respeito: as características formais do conceito de classe de Marx devem ser inferidas a partir da variedade de escritos nos quais ele analisou relações de classes em contextos específicos.

A teoria de classes de Marx, junto com a de Saint-Simon, foi elaborada como parte de uma tentativa de explicar a natureza das mudanças que transformaram radicalmente as tradicionais estruturas sociais da Europa. Mas o que era para Saint-Simon (assim como para Durkheim) um período temporário de “crise” na transição entre o feudalismo e a sociedade industrial, tornou-se, nos livros de Marx, o principal elemento de um movimento *tripartite* de feudalismo-capitalismo-socialismo. Certamente, o capitalismo para Marx é, num sentido importante, um “estágio” transitório que ocupa o período intermediário entre o feudalismo e a sociedade sem classes, mais estável, do futuro. Mas não é apenas uma fase de “desordem” concomitante ao penoso processo de substituição do feudalismo pelo industrialismo; é uma forma genuinamente nova de sociedade, com sua estrutura característica e sua própria dinâmica interna. Marx não era um crítico do “industrialismo”, mas do “industrialismo-capitalismo”. O capitalismo tem que ser encarado e analisado em seus próprios termos; o conflito de classes não é, como o era para os positivistas franceses, uma indicação do “ajustamento defeituoso de funções” na emergência da sociedade industrial, mas expressa o caráter intrínseco do capitalismo. A diferença aqui é fundamental porque, à primeira vista, o conflito de classes é um fenômeno que irá desaparecer totalmente por sua própria conta desde que os últimos vestígios do feudalismo tenham desaparecido. Conseqüentemente, nas obras do mais sofisticado dos representantes desta corrente de pensamento, Durkheim, o estudo das classes só ocupa um lugar que se pode considerar pequeno. Marx concordava com os teóricos da “sociedade industrial” que o advento do industrialismo torna manifesta a enorme riqueza que pode ser gerada pela atividade produtiva humana: mas o caráter contraditório do capitalismo, que deriva, em última instância, de sua estrutura de classes, só permite uma realização limitada dos poderes criativos potenciais (tanto “materiais” quanto “culturais”) que a produção industrial torna possível.

Onde quer que a concepção de “sociedade industrial”, de uma maneira ou de outra, tenha ganho predominância em sociologia, a

preocupação com as classes tende a ocupar um segundo plano, como irrelevante à ordem imanente. Este já era o caso de Saint-Simon: o problema de “classe”, e sobretudo o “conflito de classes”, gira basicamente em torno da luta entre os elementos “não-produtivos” de um feudalismo agonizante e a “classe industrial” produtiva, a única classe da sociedade industrial. A nova sociedade será uma sociedade diferenciada, em termos da distribuição de recompensas materiais, mas as relações entre os vários agrupamentos na divisão do trabalho serão essencialmente conciliáveis, uma vez que o acesso a posições ocupacionais será determinado não pelo privilégio social herdado, mas pelo talento e capacidade. Qualquer que seja a importância subsequente da concepção de “sociedade industrial” em sociologia — e ela é, logicamente, considerável — esta tradição do pensamento social deu poucas contribuições importantes à teoria de classes.³

1. PRINCÍPIOS DO MODELO DE MARX

De acordo com a teoria de Marx, a sociedade de classes é o produto de uma sequência determinada de mudanças históricas. As formas mais primitivas de sociedade humana não são os sistemas de classes. Em sociedades “tribais” — ou, nos termos de Engels, no “comunismo primitivo” — há apenas uma fraca divisão do trabalho e a propriedade existente é possuída em comum pelos membros da comunidade. A expansão da divisão do trabalho mais o aumento do nível de riqueza por ela gerado são acompanhados pelo crescimento da propriedade privada; isso envolve a criação de um produto excedente apropriado pela minoria de não-produtores que, conseqüentemente, se colocam numa relação de exploração frente à maioria dos produtores. Expressa na terminologia dos primeiros escritos de Marx, a alienação da natureza — que caracteriza a situação do homem primitivo — dá lugar a um crescente domínio sobre o mundo material por meio do qual o homem não só “se humaniza” como também desenvolve a sua cultura; mas a crescente dissolução da alienação do homem e a natureza só é alcançada pela formação de relações de exploração de classes — à custa de um aumento da auto-alienação humana.

3. Esta é, obviamente, uma afirmação radical; casos excepcionais prontamente vêm à memória — tal como Maurice Halbwachs, *The Psychology of Social Class* (Londres, 1958).

Nem sempre Marx era cuidadoso ao enfatizar as diferenças entre o capitalismo e as formas anteriores de sistemas de classes que o precederam na história. Embora ocorra que toda a história (escrita) “é a história das lutas de classes”,⁴ isso não significa absolutamente que o que constitui uma “classe” seja idêntico em cada tipo de sociedade de classes (embora, é claro, toda classe compartilhe de certas propriedades formais que a definem como tal), ou que o processo de desenvolvimento do conflito de classes tome, em todos os lugares, o mesmo caminho. A esse respeito, a censura que Marx faz a seus seguidores que assumiram esse último ponto é muito instrutiva. Vários dos fatores que caracterizam as origens do modo de produção capitalista na Europa Ocidental no período pós-medieval existiram anteriormente na Roma antiga, inclusive a formação de uma classe manufatureira/comerciante e o desenvolvimento de mercados monetários. Mas, devido a outros elementos na composição da sociedade romana, incluindo, sobretudo, a existência da escravidão, as lutas de classes em Roma tomaram uma forma que resultou não na geração de “uma forma nova e mais alta de sociedade”, mas na desintegração da estrutura social.⁵

As formas e os resultados diversos do conflito de classes na história explicam as diferentes possibilidades geradas pela substituição de um tipo de sociedade por outro. Quando o capitalismo substitui o feudalismo, isso ocorre porque um novo sistema de classes, baseado na manufatura e centrado nas cidades, criou uma espécie de enclave dentro da sociedade feudal que veio por fim predominar sobre a estrutura agrária de dominação feudal. O resultado, entretanto, é um novo sistema de dominação de classes, porque essa seqüência de mudança revolucionária está baseada na substituição parcial de um tipo de propriedade dos meios de produção (terra) por outro (capital) — processo que, é claro, impõe grandes mudanças na técnica.⁶ Embora o capitalismo, como o feudalismo, carregue dentro de si “o germe de sua própria destruição” e essa tendência autonegadora também se expresse sob a forma de lutas de classes manifestas, o seu caráter sub-

4. Marx e Engels, “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works* (Londres, 1968), p. 35.

5. O *Capital*, vol. 3 (Moscou, 1959), pp. 582 e segs.

6. Usarei o termo “técnica” preferentemente a “tecnologia”, já que o primeiro tem um sentido mais amplo; mas preservarei o adjetivo “tecnológico”, já que “técnico” tem um sentido estabelecido e divergente.

jacente é bastante diverso daqueles relativos ao declínio do feudalismo. O conflito de classes no capitalismo não representa a luta de duas formas de técnica em competição, mas deriva, ao contrário, da incompatibilidade de uma técnica produtiva existente (manufatura industrial) com outros aspectos do “modo de produção”, ou seja, a organização do mercado capitalista. O acesso de uma nova classe ao poder não envolve a ascendência de uma nova forma de propriedade privada, mas, em vez disso, cria as condições sob as quais a propriedade privada é abolida. O proletariado, aqui, é equivalente aos *industriels* de Saint-Simon, porque se torna a “única classe” da sociedade; sua hegemonia assinala o desaparecimento de todas as classes.

O problema do uso que Marx faz do termo “classe” é complicado, já que ele não dá uma definição formal do conceito. Ao se abordar esse assunto, convém fazer uma distinção entre três grupos de fatores que complicam a discussão do conceito de classe de Marx — fatores que não foram satisfatoriamente separados na já antiga controvérsia sobre esse ponto. O primeiro deles refere-se simplesmente à questão de terminologia — a variabilidade no emprego que Marx faz da própria palavra “classe”. O segundo diz respeito ao fato de que há duas construções conceituais que podem ser discernidas nos escritos de Marx sobre a noção de classe: *um modelo abstrato ou “puro” da dominação de classe*, que se aplica a todos os tipos de sistema de classes e descrições mais concretas das características específicas de classes em sociedades particulares. O terceiro ponto refere-se à análise feita por Marx das classes no capitalismo, caso que ocupou fundamentalmente os seus interesses. Assim como há, em Marx, modelos “puros” de classes, há modelos “puros” e “concretos” da estrutura do capitalismo e do processo de desenvolvimento capitalista.⁷

A questão da terminologia é, obviamente, a menos significativa dos três conjuntos. A verdade é que a de Marx é descuidada. Enquanto ele usa normalmente o termo “classe” (*Klasse*), emprega também palavras como “stratum” e “estate” (*Stand*) como se estas fossem intercambiáveis. Mais do que isso, aplica o vocábulo “classe” a vários grupos que, em termos teóricos, são obviamente setores de “classes”, para se falar corretamente. Assim fala dos intelectuais como as “classes ideológicas”, do *Lumpenproletariat*, como a “classe perigosa”, dos banqueiros e prestamistas como a “classe de parasitas”,

7. cf., para uma análise detalhada nesta direção, Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste* (Paris, 1970).

e assim por diante.⁸ O que importa, entretanto, é até onde esse relaxamento terminológico esconde ambigüidades ou confusões conceituais.

Os principais elementos do “modelo abstrato” de dominação de classe de Marx não são realmente difíceis de serem reconstruídos a partir da generalidade de seus escritos. Este modelo é dicotômico. Em cada tipo de sociedade de classes há duas classes fundamentais. As relações de propriedade constituem o eixo desse sistema dicotômico: uma minoria de “não-produtores” que controla os meios de produção pode utilizar essa posição de controle para extrair da maioria o produto excedente que é a sua fonte de existência. “Classe”, assim, é definida em termos da relação de grupamentos individuais com os meios de produção. Isso está relacionado, na íntegra, com a divisão do trabalho porque uma divisão do trabalho relativamente desenvolvida é necessária para a criação do produto excedente sem o qual as classes não poderiam existir. Mas, como Marx deixa claro em sua discussão inacabada no fim do terceiro volume de *O Capital*, a “classe” não deve ser identificada com fonte de renda na divisão do trabalho: isso produziria uma pluralidade de classes quase interminável. Mais do que isso, as classes nunca são, no sentido de Marx, grupos de renda. Modos de consumo, de acordo com ele, são fundamentalmente determinados por relações de produção. Daí a sua crítica às formas de socialismo dirigidas para assegurar alguma espécie de “justiça distributiva” na sociedade — que procura, por exemplo, a igualação de rendas: tais modalidades de socialismo estão baseadas em falsas premissas, porque negligenciam o fato essencial de que a distribuição é, em última instância, governada pelo sistema de produção. Por isso é possível que dois indivíduos tenham rendas idênticas e, ainda assim, pertençam a classes diferentes: tal pode acontecer, por exemplo, com dois pedreiros, um dos quais tem o seu próprio negócio, enquanto o outro é empregado de uma grande firma.

Um axioma do modelo abstrato de classes de Marx é que a dominação econômica está amarrada à dominação política. O controle dos meios de produção produz o controle político. Aqui, a divisão dicotômica de classes é uma divisão tanto de propriedade quanto

8. Ver *O Capital*, vol. 1 (Moscou, 1958), p. 446; “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 44; *O Capital*, vol. 3, p. 532.

de poder: traçar as linhas da exploração econômica numa sociedade é descobrir a chave para a compreensão das relações de super e subordinação que se aplicam dentro daquela sociedade. Assim, as classes expressam uma relação não só entre “exploradores e explorados”, mas também entre “opressores e oprimidos”. As relações de classe são necessariamente instáveis em essência, mas uma classe dominante procura estabilizar a sua posição pela promoção de uma ideologia (normalmente, é claro, isso não ocorre de forma consciente) legitimadora que “racionaliza” a sua posição de dominação política e econômica e “explica” à classe subordinada por que ela deve aceitar tal subordinação. Essa é a conotação da afirmativa muito citada de que:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias que predominam; i.e., a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *intelectual* dominante. A classe que tem os meios de produção material a sua disposição controla, ao mesmo tempo, os meios de produção mental de tal forma que, desse modo, falando em geral, as idéias dos que não têm os meios de produção mental estão sujeitas a ela.⁹

No modelo abstrato, as classes são concebidas como se baseadas em relações de mútua *dependência* e *conflito*. “Dependência”, aqui, significa mais do que a dependência material absoluta (ou pura) pressuposta pela divisão do trabalho entre as classes. Na concepção de Marx, as classes no sistema dicotômico estão colocadas numa tal situação de reciprocidade que *nenhuma classe pode livrar-se da relação sem, com isso, perder a sua identidade como “classe” distinta*. É esse teorema, fortemente influenciado pela dialética hegeliana, que vincula a teoria de classes à transformação de tipos de sociedade. As classes, conforme Marx, expressam a identidade fundamental da sociedade: quando uma classe é bem sucedida, por exemplo, em se elevar da posição de subordinação à de dominação, isso conseqüentemente conduz a uma reorganização completa da estrutura social. No sistema dicotômico, as classes não são, é claro, dependentes uma da outra no sentido de serem grupos que colaboram num nível de igualdade; a sua reciprocidade é assimétrica, uma vez que repousa sobre a extração de valor excedente de uma classe por outra. Enquanto cada classe “necessita” da outra — dada a existência contínua da sociedade em forma não-modificada — seus interesses são, ao mesmo tempo, mutuamente excludentes, e formam a base para a eclosão potencial de

9. Marx e Engels, *The German Ideology* (Londres, 1965), p. 61.

lutas abertas. O “conflito” de classes refere-se, em primeiro lugar, à oposição de interesses pressupostos pela relação de exploração essencial à relação dicotômica de classes: classes são, assim, “grupos de conflito”. Esse é, entretanto, um ponto no qual a terminologia de Marx é mais uma vez variável. Enquanto, em seu uso normal, uma “classe” representa qualquer agrupamento que compartilhe a mesma relação com os meios de produção, sem considerar se as pessoas envolvidas estão conscientes de, e atuam sobre, seus interesses comuns, Marx às vezes indica que tal agrupamento só pode ser corretamente chamado de “classe” quando os interesses compartilhados geram de fato consciência e ação. Mas realmente não há aqui qualquer ambigüidade conceptual. Pelo contrário, por essa ênfase verbal, Marx procura acentuar o fato de que a classe só se torna agência social importante quando assume um caráter diretamente político, quando é um foco para a ação comunal. Somente sob certas circunstâncias uma classe “em si” torna-se uma classe “para si”.

A maioria dos elementos problemáticos na teoria de classes de Marx deriva da aplicação desse modelo abstrato e formas históricas, específicas, de sociedade — ou seja, giram em torno da natureza das conexões entre os modelos “abstratos” e “concretos” de classe. A primeira questão a considerar sobre isso é a relação entre o sistema dicotômico de classes, pressuposto pelo modelo abstrato, e a pluralidade de classes que, como Marx admite, há em todas as formas históricas de sociedade (de classes). Embora Marx não forneça, em nenhum lugar, uma discussão explícita desta questão, não há aqui nenhuma fonte séria de dificuldades. Cada tipo histórico de sociedade (sociedade antiga, feudalismo e capitalismo) está estruturado em torno de uma divisão dicotômica no que se refere a relações de propriedade (representadas mais simplesmente em cada caso como uma divisão entre patrício e plebeu, senhor e vassalo, capitalista e trabalhador assalariado). Mas embora essa divisão dicotômica seja o “eixo” principal da estrutura social essa simples relação de classe é complexificada pela existência de três outros tipos de agrupamento, dois dos quais são “classes” no sentido direto enquanto o terceiro é um caso marginal a este respeito. Estes são: (1) “Classes de transição” que estão em processo de formação dentro de uma sociedade baseada num sistema de classes que se está tornando “obsoleto”: este é o caso que ocorre com a ascensão da burguesia e do proletariado urbano “livre” dentro do feudalismo. (2) “Classes de transição” que, ao contrá-

rio, representam elementos de um conjunto substituído de relações de produção e que permanecem dentro de uma nova forma de sociedade — como se vê nas sociedades capitalistas da Europa do século XIX, onde as “classes feudais” permaneciam com uma significação definida dentro da estrutura social. Cada um dos dois primeiros exemplos resulta da aplicação de dois esquemas dicotômicos a uma única forma de sociedade histórica. Eles representam, por assim dizer, o fato de que a mudança social radical não se realiza de um dia para o outro, mas constitui um processo extenso de desenvolvimento, de tal modo que há uma sólida superposição entre tipos de sistemas dicotômicos de classes. (3) A terceira categoria inclui dois exemplos históricos principais: os escravos do mundo antigo e o campesinato independente do período medieval e pós-medieval. Estes são “agrupamentos quase-classe”, no sentido de que — pode-se dizer — compartilham alguns interesses econômicos comuns, mas cada um deles, por diferentes razões, permanece à margem do conjunto dominante de relações de classes dentro de sociedades das quais são parte. A essas três categorias podemos acrescentar um quarto “fator de complexificação” do sistema dicotômico abstrato. (4) Setores ou subdivisões de classes. Classes não são entidades homogêneas no que diz respeito às relações sociais a que dão origem: Marx reconhece vários tipos de diferenciação dentro das classes.

Deve-se notar que nenhuma dessas categorias envolve um sacrifício da concepção abstrata do sistema de classes dicotômico, mas elas tornam possível o reconhecimento da existência de “classes médias”, que, de alguma forma, intervêm entre a classe dominante e a classe subordinada. As “classes médias” constituem um tipo transicional, ou são segmentos de classes mais amplas. Por conseguinte, a burguesia é uma “classe média” no feudalismo, anteriormente à sua ascensão ao poder, enquanto que a pequena burguesia, os pequenos proprietários, cujos interesses são em parte divergentes dos interesses do capital em grande escala, forma aquilo a que Marx explicitamente se referiu, algumas vezes, como a “classe média” no capitalismo. Se a terminologia está, mais uma vez, algo confusa, as idéias subjacentes estão bastante claras.

A posição é menos clara no que concerne a outro problema importante ligado à relação entre os modelos “abstrato” e “concreto” de classe: a da significação do desenvolvimento de mercados para a análise de relações de classes. Embora a manufatura para a troca no mercado e a formação de uma economia monetária sejam fenômenos

que ocorreram na Roma antiga, elas são de grande significado para a transformação do feudalismo na história européia posterior. Não pode haver dúvida de que esses fenômenos, juntamente com a expansão na divisão do trabalho a que dão origem, servem para criar importantes diferenças entre o caráter assumido pelas relações de classes no capitalismo e no feudalismo. Os traços principais que servem para diferenciar classes nessas duas formas de sociedade podem ser reconstruídos a partir de vários escritos de Marx, mas ele próprio não parece ter explorado completamente as implicações de suas opiniões sobre esse ponto — fato que deve, em grande medida, ser atribuído à sua relativa falta de interesse pela substituição do feudalismo pelo capitalismo, se comparado à transcendência prevista do capitalismo pelo socialismo. As discrepâncias ideológicas nesse ponto indicam, provavelmente, uma ambigüidade conceptual. Assim, enquanto, na maioria das ocasiões, Marx fala de “classes feudais”, em outros momentos ele expressa a opinião de que “a emergência de classe é, ela própria, um produto da burguesia”;¹⁰ e escreve, por exemplo, falando do declínio do feudalismo, “Die Bourgeoisie ist schon, weil sie eine Klasse, nicht mehr ein *Stand* ist, dazu gezwungen, sich national, nicht mehr lokal zu organisieren und ihrem Durchschnittsinteresse eine allgemeine Form zu geben”.¹¹ (“Pelo simples fato de ser uma classe e não mais um estamento, a burguesia é forçada a se organizar localmente, e não mais racionalmente, e a dar uma forma geral a sua média de interesses.”) No último ponto, Marx contrasta “classe” com “estamento”, afirmando que a “classe” só surge com a formação de mercados e com a emergência de uma economia nacional. Qual destas é a sua verdadeira linha do pensamento?

Ambas, é a resposta. Em outras palavras, ainda que o feudalismo esteja baseado num sistema de classes, que se adapta ao “modelo abstrato” de classes, há, entretanto, grandes contrastes entre as classes feudais e capitalistas examinadas num nível concreto. O feudalismo, como o capitalismo, está construído sobre uma relação dicotômica de classes, centrando-se, nessa instância, sobre a propriedade de terras. Mas esta estrutura de classes também difere, em aspectos básicos, da criada pelo advento do mercado capitalista. A estrutura de classes do feudalismo é mediada por laços personalizados de

10. *ibid.*, p. 95.

11. Marx e Engels, *Werke*, vol. 3 (Berlim, 1962), p. 62 (de *The German Ideology*).

fidelidade legalmente sancionados na diferenciação entre os estamentos. Estas não são relações puramente “econômicas”; na estrutura do estamento, os fatores econômicos e políticos estão fundidos. Esse sistema é baseado sobretudo na comunidade local de pequena escala: a produção é ajustada, principalmente, para as necessidades da comunidade. A difusão do capitalismo, entretanto, destrói inexoravelmente tanto os laços e a fidelidade feudais quanto o caráter relativamente “autocontido” da comunidade local. O capitalismo estimula o crescimento dos mercados nacional e internacional: na divisão do trabalho capitalista, o caráter independente dos pólos locais torna-se frágil e a sociedade consolida-se num sistema único de produtores independentes. Isso leva a uma separação do “econômico” e do “político”: as relações de classes, governadas pelos laços contratuais introduzidos pelo capital e pelo trabalho assalariado no mercado aberto, convertem-se, portanto, em relações puramente “econômicas” num sentido muito estrito. O mesmo processo dá origem à estrutura diferenciada do estado capitalista: “através da emancipação da propriedade privada da comunidade, o estado transformou-se em uma entidade separada, exterior e afastada da sociedade civil; mas isso não é mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota, tanto para fins internos quanto externos, para a garantia mútua de sua propriedade e seus interesses”.¹²

Para que se possam explorar melhor as características das classes no capitalismo, é necessário examinar em detalhe a teoria do desenvolvimento capitalista de Marx.

2. O CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O modelo abstrato ou “puro” do capitalismo, de Marx, é estabelecido principalmente no primeiro volume de *O Capital*. Nesse livro, ele compara o seu procedimento com o de um físico que observa os fenômenos que deseja analisar “em sua forma mais típica e mais livre de influências perturbadoras”. Consequentemente, toma o caso da Inglaterra como seu ponto de referência primário, porque esse país é o “terreno clássico” do capitalismo.¹³ Mas, embora o desen-

12. *ibid.*, p. 79.

13. “Prefácio à 1ª edição alemã de *O Capital*”, *Selected Works*, p. 231.

volvimento inglês forneça a base para a sua análise, ele tenta usá-lo para estabelecer um tratamento abstrato dos princípios genéricos do modo de produção capitalista, “negligenciando” todos os fatores históricos específicos que “escondem o movimento” do “mecanismo interno” do capitalismo.

O modelo abstrato do capitalismo que Marx constrói parte de um problema muito difícil da teoria econômica — e que lhe pareceu estar completamente oculto pela teoria da economia política ortodoxa — ou seja, a origem da mais-valia. Uma vez que a essência do capitalismo está expressa na relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, por meio da qual a classe operária deve vender a sua força de trabalho ao primeiro grupo em troca dos meios de subsistência, pode-se concluir, através das suposições do modelo abstrato de classes de Marx, que esta relação repousa sobre a apropriação da mais-valia pela classe capitalista. Em formas anteriores de sistemas de classes, a motivação exploradora das relações de classes é facilmente perceptível: uma quantidade definida do produto é entregue, por exemplo, pelo vassalo ao seu senhor. Mas o capitalismo, como a economia política ortodoxa enfatiza, “libertou” os homens da sujeição a tais trocas injustas. No mercado capitalista, a derivação da mais-valia não é determinada pela extração direta do lucro do trabalho assalariado, tanto pela força quanto através da apropriação consuetudinária: o trabalho, como qualquer outro produto, é “comprado e vendido por seu valor” no mercado.

Ao solucionar esta “charada” da produção capitalista, Marx apresenta uma conexão nítida entre certas características essenciais da situação de classe do trabalhador assalariado e as demandas estruturais do mercado capitalista. O capitalismo pressupõe o que Marx chama de uma separação entre “o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe”.¹⁴ A “libertação” dos homens das obrigações inerentes ao feudalismo criou um novo tipo de dependência de classe, no qual o caráter “econômico” do trabalhador é rompido ou alienado do que lhe é inerente como um ser humano integral. No capitalismo, o trabalho é tratado no mesmo nível que qualquer outro produto, como algo a ser comprado e vendido no mercado. Mas aquilo que o trabalhador vende, na verdade, é a sua *força* de trabalho, uma capacidade econômica, que pode ser quantificada e avaliada em termos de um pa-

14. *German Ideology*, p. 95.

drão monetário, ao lado dos produtos materiais de seu trabalho. A mais-valia é explicada em referência ao fato de que como a força de trabalho do trabalhador é um produto, o seu “custo de produção” pode ser calculado do mesmo modo que o de qualquer outro produto, e é composta pelo custo de suprir o trabalhador com uma retribuição suficiente para “produzir e se reproduzir”: a diferença entre isso e o valor total criado pelo trabalhador é a origem da mais-valia.

A criação de trabalho como um “valor de troca puro” é, assim, essencial para o funcionamento do capitalismo. Isso pressupõe, em troca, a separação entre o homem “econômico” e o homem “político”. O capitalismo baseia-se na “reciprocidade negativa” entre a economia e comunidade política: a dominação da burguesia é assegurada por *liberdades políticas* que: (1) libertam o mercado da influência ou do controle político através do estabelecimento de uma oposição entre o interesse egoísta (a busca de lucro) na esfera econômica e a “participação universal” oferecida na esfera da política; (2) permite, portanto, que os homens disponham de si próprios no mercado como agentes “livres” (em contraste com a situação do feudalismo, onde eles estão ligados a obrigações que transpassam as considerações de mercado). O Estado capitalista é, assim, não só uma agência que coordena e reforça os contratos dos quais o capitalismo depende: a própria existência do estado e da política (no sentido de Marx) está implícita nas condições mais internas da produção capitalista.

Assim, a relação entre o capital e o trabalho assalariado, conforme exposta acima, envolve a criação de um mercado, competitivo e livre, de capital e trabalho. Em *O Capital*, Marx impõe-se a tarefa de estabelecer as “leis” que levam esse sistema a modificar-se de dentro para fora e, conseqüentemente, a preparar as condições da sua superação pelo socialismo. Há, no modelo abstrato, dois processos de particular importância: (1) a socialização incipiente das forças de mercado, mostrada sobretudo pelo crescimento das sociedades anônimas — “capitalismo sem o capitalista”, e (2) a polarização das classes, capital e trabalho assalariado. Esses processos estão relacionados e não ocorrem separadamente, já que ambos são criados pela “lógica interna” do padrão de desenvolvimento do sistema capitalista. A significação do primeiro, é claro, é fundamental, porque implica uma transformação dos próprios princípios sobre os quais está baseado o capitalismo. Este se fundamenta, sobretudo, na busca individualista de lucro no mercado livre, meio através do qual a produção se liga

ao investimento de capital. O mercado capitalista é “anárquico” no sentido de que não há nenhuma organização social mediadora entre a produção e o consumo. Na comunidade feudal — como em qualquer economia tradicional — a produção é ajustada às necessidades conhecidas da localidade. Mas esse vínculo é quebrado com a chegada de um sistema bem mais amplo e complexo de troca de mercadorias, que constitui o mercado capitalista. De acordo com Marx, é a desarticulação entre a produção e o consumo que fornece o *background* para a ocorrência de crises, que são endêmicas no capitalismo. No capitalismo, pela primeira vez na história humana, um volume considerável de superprodução é possível — “superprodução” não necessariamente em termos de necessidades reais, mas em termos da capacidade dos consumidores para comprar os bens em questão.

A ocorrência de crises e as falências em negócios provocadas por elas fornecem um ímpeto maior para a concentração e a centralização de capital, expresso, por um lado, no crescimento de grandes firmas às expensas de negócios menores e, por outro, na emergência de bancos estatais, estabelecimentos de financiamento etc. A sociedade anônima é importante porque proporciona uma demonstração aberta do fato de que a indústria moderna pode funcionar sem a intervenção direta da propriedade privada. A sociedade anônima, então, como “o desenvolvimento final da produção capitalista”, acarreta “a abolição do modo capitalista de produção dentro do próprio modo capitalista de produção”.¹⁵ Isso não é “socialismo” porque a sociedade anônima ainda funciona dentro do quadro de referência global do mercado capitalista; entretanto, ela representa a emergência de um conjunto de relações de produção bastante distintas das que caracterizam a estrutura original do capitalismo.

Como resultado de seu próprio funcionamento, portanto, o capitalismo transforma-se “de dentro para fora”. Ele é assim equilibrado para mover-se em direção a um novo tipo de ordem econômica e social, mas isso só pode ser feito pela ação revolucionária da classe trabalhadora. No modelo abstrato do capitalismo, o desenvolvimento do potencial revolucionário da classe trabalhadora está relacionado a três aspectos de polarização de classes: a) o desaparecimento dessas classes e segmentos de classes que “complicam” o sistema dicotômico principal (capital e trabalho assalariado) de classes; b) eli-

15. O *Capital* vol. 3, p. 429.

minação progressiva de setores diversificados dentro da própria classe trabalhadora; c) a disparidade crescente entre a riqueza material do capital e o trabalho assalariado (*Verelendung*: em geral expresso pelo termo, adequadamente feio, de “emiseração”). O primeiro desses aspectos, num certo sentido, já está suposto pelo modelo abstrato, ao menos no que se refere às “classes de transição” que permanecem como um resíduo do feudalismo. Estas são destruídas pelo amadurecimento do capitalismo que engolfa vorazmente todos os postos avançados remanescentes da forma tradicional de sociedade. Mas o avanço do capitalismo também leva à eliminação da “subclasse” da pequena burguesia, que “mergulha dentro do proletariado”. Marx supõe que a homogeneidade interna crescente da classe trabalhadora deriva, antes de tudo, da tendência à mecanização, estimulada pelo constante movimento da mudança tecnológica gerado pelo capitalismo. O fenômeno principal aqui é o desaparecimento do trabalho especializado; a tarefa do trabalhador especializado é assumida pela máquina, e todo o trabalho fica reduzido a operações individuais repetitivas.

As opiniões de Marx sobre o terceiro desses grupos de fatores, — a chamada “tese da emiseração” — são notoriamente difíceis de avaliar. Acreditava ele que o capitalismo tende a causar uma deterioração absoluta nos padrões de vida material do trabalho assalariado? Ou sustentava que o capitalismo cria uma disparidade *relativa* entre os benefícios decorrentes do trabalho e os decorrentes do capital? Afirmativas aparentemente contraditórias podem ser logo encontradas em Marx. Assim, em *O Capital*, ele fala abruptamente da “acumulação de riqueza gerada num pólo” da sociedade capitalista, se comparada à “acumulação de miséria” no outro “pólo”.¹⁶ Em “Trabalho Assalariado e Capital”, por outro lado, parece encarar esse contraste como uma questão relativa:

Uma casa pode ser grande ou pequena. Enquanto as casas em redor também são pequenas, ela satisfaz todas as necessidades sociais de habitação. Mas levante-se um palácio ao lado dessa casa e logo ela se transforma numa cabana. A pequena casa mostra agora que o seu proprietário tem muito pouca ou nenhuma demanda a fazer, e, embora possa subir bem alto no decorrer da civilização, se o palácio cresce numa extensão igual ou mesmo maior, o ocupante da casa relativamente pequena sentir-se-á mais e mais desconfortável, insatisfeito e limitado dentro de suas quatro paredes.¹⁷

16. *ibid.*, vol. I, p. 645.

17. “Wage Labour and Capital”, *Selected Works*, p. 84.

De fato, a confusão sobre estes pontos deriva menos dos próprios escritos de Marx do que dos de alguns de seus intérpretes subseqüentes, que não distinguiram adequadamente entre o tratamento que ele dá ao “preço de trabalho” e a sua análise da “população excedente relativa” — o “exército de reserva” de trabalhadores cronicamente desempregados. Fica bem claro, a partir das pressuposições da teoria econômica geral do capitalismo de Marx que, embora possa haver flutuações nos ganhos de trabalho, esses ganhos nunca se podem desviar muito do padrão estabelecido pelo teorema de que o trabalho é comprado e vendido “conforme o seu valor”: os salários de trabalho não podem subir acima das condições que permitem a subsistência básica do trabalhador. A expansão do “exército de reserva” está ligada a isso, uma vez que essa parcela de trabalho não-empregado é uma fonte permanente que os empregadores podem utilizar para desvalorizar aumentos nos parâmetros do trabalho em épocas de prosperidade econômica. É o exército de reserva que representa o principal foco de absoluta pobreza e privação criado pelo capitalismo.

A distinção é importante porque, segundo Marx, não é o cronicamente desamparado que forma a fonte do ímpeto à ação revolucionária da classe trabalhadora. Pelo contrário, os elementos mais necessitados da sociedade tendem a ser reacionários em atitude e estão abertos à manipulação por interesses conservadores. A piora da posição relativa do corpo da classe trabalhadora, por outro lado, junto com os aspectos de “polarização” discutidos anteriormente, fornecem a combinação de circunstâncias que promovem o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. Entretanto, outros fatores, eles próprios endêmicos no modo de produção capitalista, facilitam a criação da consciência de classe. Eles incluem a concentração da classe trabalhadora nas áreas urbanas e a criação de unidades produtivas de grande escala, que dão ao homem uma percepção imediata de sua posição comum ¹⁸ — uma percepção que também é clarificada pelas súbitas privações experimentadas nas crises periódicas a que o capitalismo está sujeito. Mas a “consciência de classe” só é significativa

18. “A indústria moderna converteu a pequena oficina do senhor patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, aglomeradas na fábrica, são organizadas como soldados ... Quanto mais abertamente esse despotismo proclama que o lucro é o seu fim e objetivo, menor, mais odioso e amargo é ele”. “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 41.

quando toma uma forma organizada e, mais especificamente, política. O próprio caráter da democracia burguesa, com a sua esfera do “político” nitidamente delineada, possibilita formas de união e organização de partidos que podem fomentar as reivindicações revolucionárias da classe trabalhadora.

É um erro tratar os princípios estabelecidos no modelo abstrato do desenvolvimento capitalista de Marx, como ocorre tão comumente, como “profecias” sobre o futuro próximo das sociedades capitalistas históricas. As “leis” de que Marx fala como “operando com precisão de ferro em direção a resultados inevitáveis” representam propriedades que indicam tendências construídas no interior do funcionamento mais profundo do modo de produção capitalista; mas essas “leis” são, em suas palavras, “como todas as outras leis, alteradas em (seu) funcionamento por várias circunstâncias”.¹⁹ Em outras palavras, uma compreensão teórica das propriedades estruturais do mercado capitalista deve ser complementada por estudos históricos das características específicas de sociedades particulares. Isso inclui a Grã-Bretanha, sobre a qual se baseia o modelo abstrato; mas muitos dos escritos mais históricos de Marx referem-se aos casos da Alemanha e da França.

A fonte inicial das opiniões de Marx, é claro, deve ser traçada a partir de sua afirmativa inicial do “retardamento” do desenvolvimento social alemão. A Alemanha experimentou, num certo sentido, o que foi a primeira “revolução” dos tempos modernos — a Reforma — mas esta foi uma revolução confinada à esfera das idéias e, portanto, preparou o caminho para aquilo que Marx viu como a tendência característica alemã a fim de deslocar, do espiritual, o domínio do material. As conquistas culturais da Alemanha, contrastando radicalmente com seu baixo nível de progresso político e econômico, testemunham esse ponto. Sob a influência dos Jovens Hegelianos, Marx procurou resolver essa contradição pela crítica racional, à moda de David Strauss e Bruno Bauer. Mas os acontecimentos que o forçaram ao exílio na Inglaterra também ajudaram a demonstrar a necessidade de estudar a “dinâmica interna” do capitalismo — e ela estava mais desenvolvida neste último país. Enquanto na Inglaterra, assim como na França, a burguesia já estava em ascendência, na Alemanha, no início do século XIX, “ela havia apenas iniciado a con-

19. O *Capital*, vol. 1, p. 644.

testação do absolutismo feudal". Portanto, a primeira tarefa, na Alemanha, era o favorecimento de uma sociedade burguesa, com o objetivo de afetar o deslocamento do "governo absoluto", com seu "séquito de párocos, professores, cavaleiros e funcionários".²⁰ Os contrastes entre essa situação e as condições concernentes à Inglaterra e França dão surgimento a formas bem diferentes de Estado capitalista. As várias discussões de Marx sobre essas condições, ao nível histórico, contêm duas noções parcialmente separadas sobre os tipos de circunstâncias que podem gerar a transformação revolucionária do capitalismo.

Uma delas aparece em suas obras com formas ligeiramente diversas, perto do início e do fim de sua carreira. É a tese de que a exposição de um país socialmente atrasado à influência da tecnologia industrial avançada pode criar uma conjunção explosiva de acontecimentos, produzindo um "estágio burguês" de sociedade muito transitório, que é, então, logo seguido por uma revolução socialista. Tal curso de acontecimentos foi exatamente o que Marx antecipou na Alemanha em 1848. Mas uma conjunção similar de circunstâncias potencialmente explosivas reapareceu, décadas depois, na Rússia, embora nesse caso Marx pareça ter pensado que, desde que uma revolução russa era o sinal para a ocorrência de revoluções socialistas em países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental, seria possível, devido à existência contínua de propriedade comunal no *mir*, que a Rússia prosseguisse diretamente para uma revolução socialista bem sucedida sem a intervenção de um "estágio burguês". Embora isso possa ser verdade, tanto no caso da Alemanha quanto no da Rússia, não foram as contradições internas do capitalismo que geraram o ímpeto para a mudança revolucionária, mas sim as contradições criadas por um confronto relativamente súbito entre o "tradicional" e o "moderno". Dada a ocorrência do processo de mudança revolucionária no país mais "atrasado", isso estimula a difusão da revolução para as sociedades mais avançadas, cuja influência pode, então, tornar a reagir sobre a primeira.

A segunda versão de uma teoria de mudança revolucionária é a que se segue diretamente do modelo abstrato de desenvolvimento capitalista elaborado em *O Capital*. Aqui, por motivos já indicados previamente — ou seja, a concentração do proletariado em áreas urbanas, a criação de condições homogêneas de trabalho etc. — as cir-

20. "Manifesto of the Communist Party", pp. 56-7.

cunstâncias favorecedoras da revolução são estimuladas, não pelo choque entre o velho e o novo, mas pela maturação interna do próprio capitalismo.

Por que, então, foi a França, mais do que a Inglaterra, que ocupou a atenção de Marx durante a maior parte de sua carreira, como o *locus* provável da conflagração revolucionária? A resposta dada por Marx é clara, embora não de todo convincente à luz da análise abstrata contida em *O Capital*.

Na Inglaterra, indica Marx, o processo revolucionário que levou ao declínio da ordem feudal estava num ponto relativamente distante na história, e realizou a evolução do sistema político "de compromisso" dentro do qual a expansão do industrialismo acomodou-se. Em contraste, a França experimentou a revolução burguesa cataclísmica de 1789, e foi a fonte original da teoria política do socialismo. Na França, a ocorrência recente da revolução burguesa significou que a sociedade ainda estava dividida em diferentes fragmentos, de tal modo que o papel das classes "tradicionais" era muito importante. Em consequência, a posição da burguesia estava, desde o início, carregada de dificuldades peculiares, e o processo de expansão capitalista causou seus efeitos sobre um proletariado já sensibilizado para as possibilidades de uma política revolucionária. O caráter das relações de classes na França, pelo menos nos primeiros três quartos do século XIX, expressava-se como uma espécie de balança, na qual o poder executivo recaiu nas mãos de Luís Napoleão. Esses fatores, portanto, criaram um sistema sociopolítico de caráter frágil; como Engels escreveu em 1891, "graças ao desenvolvimento econômico e político da França desde 1789, Paris foi colocada, nos últimos 50 anos, em tal posição que nenhuma revolução poderá ocorrer lá sem assumir um caráter proletário..."²¹

A afirmativa de Engels não poderia ser revista com o objetivo de incluir os últimos 130 anos. Em capítulos subsequentes retornarei à discussão do desenvolvimento da estrutura política e econômica da França; demonstrei, entretanto, que a explicação da natureza e do curso daquele desenvolvimento, na medida em que deve começar dos fatores profundamente históricos para os quais Marx olhou, envolve um rompimento com algumas de suas idéias mais gerais ou fundamentais.

21. Introdução a *The Civil War in France, Selected Works*, p. 252.

II

A CRÍTICA WEBERIANA

Para encontrar os desenvolvimentos mais significativos da teoria de classes desde Marx, temos de olhar para aquelas formas de pensamento social cujos autores, enquanto eram diretamente influenciados pelas idéias de Marx, procuraram, ao mesmo tempo, criticá-las ou reformulá-las. Essa tendência foi mais forte, por uma combinação de motivos históricos e intelectuais, na sociologia alemã, onde foi feita uma série de tentativas para produzir uma crítica frutífera de Marx, começando por Max Weber e continuando com autores como Geiger, Renner e Dahrendorf.¹ A crítica weberiana de Marx, nesse ponto, foi de grande importância, mas, em especial no mundo de língua inglesa, a importância real da análise de Weber tem sido quase sempre deturpada. O procedimento costumeiro consiste em contrastar a discussão que Weber faz de "Classe, *Status* e Partido", um fragmento de *Economia e Sociedade*, com a concepção de classe supostamente tomada por Marx, com demérito para a última. Marx, é o que se argumenta, tratou "classe" como um fenômeno puramente econômico e, mais do que isso, olhou os conflitos de classes como, de certa forma, o resultado "inevitável" de choques de interesses materiais. Não conseguiu perceber, de acordo com esse argumento, que as divisões de interesse econômico que criam classes não correspondem necessariamente a sentimentos de identidade comunal que constituem "*status*" diferenciais. Assim, *status*, que depende de avaliação subjetiva, é uma "dimensão da estratificação" separada da classe, e tanto uma quanto a outra podem variar independentemente. Há, ainda, uma terceira dimensão, prossegue o argumento, que Weber reconhecia como um fator variável independente na "estratificação", mas que

1. Theodor Geiger, *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (Colônia, 1949); Karl Renner, *Wandlungen der Modernen Gesellschaft* (Viena, 1953); Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society*.

Marx tratou como diretamente dependente do interesse de classe: é o fator do "poder".²

A avaliação da validade dessa interpretação é difícil porque não há dúvidas de que o próprio Weber a aceitava — ou a alguns de seus elementos. O que em geral é retratado na literatura secundária como crítica das "concepções de classe de Marx" toma, na realidade, a forma afetada e empobrecida do marxismo grosseiro como seu alvo principal de ataque, mas esse tipo de marxismo determinista já era usual na Alemanha ao tempo de Weber e, desde que este se levantou para questionar esse determinismo, as linhas reais de similaridade e diferença entre a sua análise e a análise de classes de Marx são difíceis de desembaraçar.³ A forma mais adequada de abordar esse ponto é seguir um esquema de discussão semelhante ao empregado no capítulo anterior. Assim como em Marx, encontramos nos escritos de Weber o tratamento de "classes" e "desenvolvimento capitalista" como concepções abstratas; e estas podem ser, em parte, separadas de suas discussões especificamente históricas das características de sociedades européias particulares.⁴

1. CLASSE E GRUPOS DE "STATUS"

Nas duas versões de "Classe, *Status* e Partido" que foram englobadas em *Economy and Society*,⁵ Weber consegue o que está faltando em Marx: uma discussão explícita do conceito de classe. Há dois aspectos principais em relação aos quais esta análise difere do "modelo abstrato" de classes de Marx. O primeiro deles é aquele familiar em muitas considerações secundárias — a diferenciação entre "classe", "*status*" e "partido". O segundo, entretanto, como será discutido adiante, também é importante: embora Weber empregue, em relação a alguns objetivos, um modelo dicotômico que, em alguns as-

2. Para uma representação convincente desta perspectiva, ver W. G. Runciman, "Class, Status and Power", em J. A. Jackson, *Social Stratification* (Cambridge, 1968).

3. Ver meu *Capitalism and Modern Social Theory*, pp. 185 e segs.

4. Ignoro aqui as questões filosóficas e metodológicas envolvidas na crítica de Weber às "filosofias da história". Ver Max Weber, *The Methodology of the Social Sciences* (Glencoe, 1949), pp. 68 e segs.

5. *Economy and Society*, vol. 2 (Nova York, 1968), pp. 926-40, e vol. 1, pp. 302-7.

pectos gerais, se parece com o de Marx, os seus pontos de vista enfatizam fortemente uma *concepção pluralista de classes*. Assim, a distinção de Weber entre “classes proprietárias” (*Besitzklassen*) e “classes de aquisição” * (*Erwerbsklassen*) está baseada na fusão de dois critérios: “por um lado... o tipo de propriedade utilizável para renda; e, por outro lado... o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado”, produzindo, assim, uma tipologia complexa. Os tipos de propriedade que podem ser empregados para a obtenção de rendas de mercado, embora dividam-se geralmente em dois tipos — criando classes proprietárias (*rentier*) e de aquisição (empresariais) — são bastante variáveis e podem produzir inúmeros diferenciais de interesses dentro das classes dominantes:

Propriedade de habitações; oficinas; mercearias, armazéns; terra utilizável para agricultura em grandes ou pequenas propriedades — uma diferença quantitativa com conseqüências possivelmente qualitativas; propriedade de minas; gado; homens (escravos); disposição de instrumentos móveis de produção, ou bens de capital de todos os tipos, especialmente dinheiro ou objetos que possam ser trocados com facilidade por dinheiro; disposição sobre o produto do seu trabalho ou do trabalho de outros, diferindo conforme suas várias distâncias em relação à possibilidade de consumo; disposição sobre monopólios transferíveis de qualquer tipo — todas estas distinções diferenciam as situações de classe dos proprietários...⁶

Mas as situações de classe dos não-proprietários também são diferenciadas tanto em relação aos tipos quanto ao grau de “monopolização” de “habilidades vendáveis” que possuam. Conseqüentemente, há vários tipos de “classe média” que se colocam entre as classes “positivamente privilegiadas” (as classes proprietárias) e as classes “negativamente privilegiadas” (as que não possuem nem propriedade nem habilidades vendáveis). Embora esses últimos grupamentos sejam todos nominalmente não-proprietários, os que possuem habilidades com um “valor de mercado” definido estão, certamente, numa situação de classe diferente daqueles que não têm nada a oferecer senão o seu trabalho (não-qualificado). Nas classes de aquisição — *i.e.*, aquelas associadas sobretudo no aparecimento do capitalismo moder-

* Em inglês, *ownership classes* e *acquisition classes*. A idéia é estabelecer diferenças entre classes que possuem propriedades, e que, portanto, têm sua situação de classe determinada pela *posse de propriedade*, e classes de ganho (ou aquisição) que têm sua situação de classe determinada pelo tipo de aquisição ou utilização de bens acessíveis no mercado. Para maiores detalhes, ver, por exemplo, Gurvitch, Georges, *As Classes Sociais*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1970. (N. do R.).

6. *ibid.*, vol. 2, p. 928.

no — a qualificação educacional assume, nesse aspecto, um significado particular, mas a monopolização de habilidades profissionais pelos trabalhadores manuais também é importante.

Weber insiste que deve-se estabelecer uma distinção bastante nítida entre classe “em si” e classe “para si”: “classe”, na sua terminologia, sempre se refere a interesses de mercado, que existem independentemente da consciência que os homens têm. A classe, assim, é uma característica “objetiva” que influencia as chances de vida dos homens. Mas, só sob certas condições, os que compartilham uma situação de classe comum tomam consciência disso e atuam sobre os seus interesses econômicos mútuos. Ao enfatizar esse ponto, Weber indubitavelmente procurava separar sua posição da que foi adotada por muitos marxistas, que envolvia o que ele chama de uma “operação pseudocientífica” por meio da qual o elo entre classe e consciência de classe é tratado como direto e imediato.⁷ Tal consideração, evidentemente, também sublinha a ênfase que Weber dá aos “grupos de *status*” (*Stände*), * em contraste com as classes. O contraste entre classe e grupo de *status*, entretanto, não é, como em geral se supõe, meramente, nem talvez de modo fundamental, uma distinção entre os aspectos subjetivos e objetivos de diferenciação. Embora a classe se baseie em diferenciais de interesse econômico nas relações de mercado, Weber em nenhum lugar nega que, sob determinadas circunstâncias, uma classe pode ser uma “comunidade” subjetivamente consciente. A importância dos grupos de *status* — que são normalmente “comunidades” nesse sentido — deriva do fato de que eles são constituídos sobre critérios de agrupamento outros que não os que se originam de situações de mercado. O contraste entre classes e grupos de *status* é algumas vezes retratado por Weber como o contraste entre o objetivo e o subjetivo; mas é também um contraste entre a pro-

7. *ibid.*, p. 930.

* Há quem traduza por estamento. O termo em alemão é *Stand*, no singular, e *Stände*, no plural, e Weber o usa em dois sentidos, como lembra Giddens no final do Cap. IV. Em português existem duas versões do artigo “Class, Status and Party” extraído do *From Max Weber*, Gerth e Mills, Oxford University Press, 1946, uma optando por estamento (cf. Weber, *Ensaio de Sociologia*, Zahar Editores, Rio) e outra por grupo de *status* (cf. “Classe, Status e Partido, em *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Zahar Editores, Rio, 2ª ed., 1969). Manter-se-á aqui a última alternativa, seguida por Otávio Velho, tradutor do referido texto. A tradução para o espanhol, em *Economía y Sociedad*, FCE, México, 1969, opta por estamento. (N. do R.)

dução e o consumo. Enquanto que a classe expressa relações envolvidas na produção, os grupos de *status* expressam as relações envolvidas no consumo, na forma específica de “estilos de vida”.

As filiações de *status* podem atravessar as relações geradas no mercado, uma vez que a filiação a um grupo de *status* de hábito carrega consigo vários tipos de privilégios monopolísticos. Todavia, as classes e os grupos de *status* tendem, em vários casos, a estar intimamente ligados através da propriedade: a posse de propriedade é não somente um determinante essencial da situação de classe como também, ao mesmo tempo, fornece a base para que se siga um “estilo de vida” definido. A principal afirmação da análise de Weber não é que a classe e o *status* constituem duas “dimensões da estratificação”, mas que as classes e as comunidades de *status* representam dois modos possíveis, e concorrentes, de formação de grupos em relação à distribuição do poder na sociedade. O poder *não* é, para Weber, uma “terceira dimensão” de certa forma comparável às duas primeiras. Ele é muito explícito quando diz que as classes, os grupos de *status* e os partidos são todos “fenômenos da distribuição de poder”.⁸ O teorema que informa a posição de Weber aqui é a sua insistência em que o poder não deve ser juntado à dominação econômica — este é, novamente, um ponto de vista deliberadamente contrastante com o de Marx. O partido, orientado para a aquisição ou a manutenção de liderança política, representa, como a classe e o grupo de *status*, um foco maior de organização social relevante para a distribuição do poder numa sociedade. Entretanto, ele só é característico do Estado racional moderno.

As discussões abstratas de Weber sobre os conceitos de classe, grupo de *status* e partido, ao mesmo tempo que fornecem o tipo de análise conceptual concisa que falta em Marx, são, entretanto, exposições inacabadas e quase que não servem senão para oferecer uma introdução mínima aos complexos problemas explorados em seus escritos históricos. Nestes últimos, Weber detalha várias formas de complicada conexão entre diferentes tipos de relações de classe, e entre relações de classe e filiações a grupos de *status*. Na história das sociedades européias houve mudança total no caráter dos tipos predominantes de relação de classe e conflito de classe. Assim, na Roma antiga, os conflitos de classe derivavam primordialmente de antagonis-

8. *ibid.*, p. 927.

mos estabelecidos no mercado de crédito, por meio do qual os camponeses e artesãos vinham a estar num compromisso de servidão quanto aos financistas urbanos.⁹ Durante a Idade Média, a tendência foi de que isso desse lugar a lutas de classes que se originavam no mercado de bens e envolviam batalhas sobre os preços das “necessidades” de vida. Com a ascensão do capitalismo moderno, entretanto, as relações estabelecidas no mercado de trabalho passaram a ter um significado central. É claro que para Weber, assim como para Marx, o advento do capitalismo transforma dramaticamente o caráter das conexões gerais entre as classes e as sociedades. A emergência do contrato de trabalho como tipo predominante de relação de classes está ligada ao fenômeno de expansão da vida econômica, e à formação de uma economia nacional, característica do capitalismo moderno. Na maioria das formas de sociedades anteriores ao capitalismo moderno, mesmo naquelas em que há um desenvolvimento considerável da manufatura e do comércio, os grupos de *status* desempenham um papel mais importante do que as classes na estrutura social. Ao criar vários tipos de restrição sobre as iniciativas ou ao impor a monopolização de privilégios de mercado por grupos tradicionalmente estabelecidos, as filiações de *status* inibiram de forma direta, como é mostrado nos estudos de Weber sobre as civilizações orientais, a formação da moderna produção capitalista.

2. A CONCEPÇÃO DE CAPITALISMO

Além da rápida exposição no conjunto de conferências publicadas sob o título de *General Economic History*, não há, nos trabalhos de Weber, nenhum enunciado geral de “modelo abstrato” de capitalismo moderno e desenvolvimento capitalista, comparável ao estabelecido por Marx em *O Capital*. Mas tal modelo pode ser formulado por inferência dos escritos de Weber. A proeminência que foi dada à *Ética Protestante* tendeu a obscurecer algumas das principais pressuposições da análise de Weber, e também ajudou a desviar a atenção de algumas das mais significativas divergências entre essa análise e a de Marx, deslocando, em vez disso, a ênfase para um debate estéril sobre o “papel das idéias” na história. Weber aceita uma parte subs-

9. Marx realmente assinala o mesmo ponto (*O Capital*, vol. 1, pp. 135-6), e menciona que lutas similares entre devedores e credores ocorreram na Idade Média. Mas argumenta que “a relação monetária de devedor e credor que exista nesses dois períodos refletia apenas o antagonismo mais profundo entre as condições econômicas gerais de existência das classes em questão”.

tancial do tratamento que Marx dá às condições subjacentes à emergência do capitalismo moderno na Europa pós-feudal. Essas condições incluem a ascensão de uma classe manufatureira urbana (Weber mostra, com certo detalhe, entretanto, que a *autonomia política* das comunas urbanas é um fenômeno que tem um significado histórico profundamente inculcado na Europa Ocidental) cuja transformação em empresários capitalistas plenamente autônomos pressupõe a formação de uma massa de trabalhadores assalariados, expropriados de seus meios de produção, nominalmente “livres”, que em consequência devem vender o seu trabalho no mercado com o fim de obter um meio de subsistência.

Duas características principais do “modelo abstrato” do desenvolvimento do capitalismo moderno de Weber, entretanto, separam decisivamente seus pontos de vista dos de Marx. A primeira delas deve ser procurada em sua análise da “expropriação”. Para Weber, a “expropriação” do trabalhador não está confinada à esfera industrial: isso é apenas um dos elementos num processo muito mais extensivo de “expropriação”, encontrado em todos os setores institucionais mais amplos da sociedade. A expropriação do trabalhador do controle dos seus meios de produção é igualada, no Estado, pela separação do funcionário do controle dos “meios de administração”, e no exército pela separação do soldado do controle dos “instrumentos de guerra”. O segundo fator é o tratamento que Weber dá à “racionalidade”. Enquanto para Marx há uma distinção essencial entre a “racionalidade da técnica” e a “racionalidade da dominação” (no capitalismo a coisificação e alienação tendem a juntar-se, mas serão separadas com a transcendência do capitalismo pelo socialismo), para Weber elas estão inseparavelmente ligadas dentro do processo geral de racionalização vinculado à expansão da moderna ordem capitalista.¹⁰ A racionalidade da moderna empresa capitalista, na opinião de Weber, é talvez o único fator mais importante de distinção entre o tipo moderno e as formas econômicas mais tradicionais. Portanto, o capitalismo moderno é inseparável do cálculo sistemático dos custos de produção, por meio do qual a empresa é mantida num nível de operação estável e contínuo.

10. Herbert Marcuse, “Industrialisation and Capitalism”, em Otto Stamm-ler, *Max Weber and Sociology Today* (Oxford, 1971). De acordo com Weber, “a acumulação capitalista pressupõe tecnologia racional, ou seja, reduzida ao cálculo em maior grau possível, que implica mecanização” (*General Economic History*, p. 208).

Essas duas características do moderno capitalismo estão relacionadas, entretanto, através da interpretação que Weber dá à associação entre o capitalismo moderno e a burocratização. A expansão da burocracia tanto leva à “expropriação do trabalhador” — no sentido de Weber — quanto envolve a aplicação da racionalidade à organização da conduta humana. Portanto, é fundamentalmente em referência ao conceito de burocratização que Weber integra a “racionalidade da técnica” e a “racionalidade da dominação”. A relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, embora seja o componente principal na formação do moderno capitalismo, não revela as características mais fundamentais em termos das quais a sociedade burguesa difere da ordem tradicional. Para Weber a tendência à expansão da burocratização expressa o caráter integral da época moderna: a racionalização da conduta humana cria uma divisão do trabalho sistematizada e hierárquica e que não é diretamente dependente da estrutura capitalista de classes. Assim, enquanto a análise de Weber acompanha a de Marx ao reconhecer, mais do que uma divisão *bipartite* entre feudalismo e “sociedade industrial”, uma classificação *tripartite* de feudalismo-capitalismo-socialismo, o efeito de sua posição é, definitivamente, o de barrar a possibilidade de qualquer reorganização radical do capitalismo. Em outras palavras, a transcendência do capitalismo pelo socialismo, que Weber certamente reconheceu como uma provável ocorrência futura, expande e completa as tendências já características do capitalismo mais do que cria uma forma completamente nova de organização social. Apesar do risco de um excesso de simplificação, pode-se afirmar que, enquanto o “modelo abstrato” de desenvolvimento capitalista de Marx parte do “econômico” para o “político”, o modelo de Weber deriva do processo oposto de raciocínio, usando o “político” como um “quadro de referência” para compreender o “econômico”.¹¹ A ascensão da Nação-Estado moderna, com seu corpo de funcionários burocráticos, cuja conduta é mais orientada para normas impessoais de procedimento do que para códigos tradicionalmente estabelecidos e associados como patrimonialismo, serve, para Weber, de caso-modelo para a análise da burocratização em geral. O Estado racional, enfatiza Weber, não é, de forma alguma, simplesmente um “efeito” da formação do capitalismo moderno, mas precede a sua emergência e ajuda a promover o seu desenvolvimento.

11. Ver meu *Politics and Sociology in the Thought of Max Weber* (Londres, 1972), pp. 34 e segs.

Não fica claro até que ponto Weber, no nível abstrato, aceitou a análise do processo de transformação econômica da economia capitalista desenvolvida por Marx em *O Capital*. Certamente acreditava que um sistema completamente socializado encararia alguns problemas econômicos definidos não encontrados no capitalismo.¹² O que fica claro é que ele rejeitou a análise de Marx das “contradições” na *estrutura de classes* capitalista, sobretudo a forma bastante simplificada através da qual essa análise foi representada por alguns dos teóricos seguidores de Marx em sua época. De acordo com Weber, a expansão do capitalismo moderno não leva à pauperização do trabalhador, tanto no sentido absoluto quanto no relativo; desde o início da era capitalista, a posição material da classe trabalhadora foi, em geral, superior à do trabalho rural. Nem o processo de desenvolvimento capitalista cria uma estrutura de classes crescentemente polarizada, envolvendo duas classes internamente homogêneas. Pelo contrário, a tendência é a de um sistema diversificado de relações de classes. A complexidade das relações de mercado gerada pela divisão do trabalho capitalista cria uma variedade de interesses econômicos diferentes mas justapostos — como é sugerido na formulação de *Erwerbsklassen* de Weber. O modelo de classes de Weber, envolvendo a possibilidade de níveis importantes de diferenciação de classes dentro da categoria dos “sem propriedade”, é de particular significado aqui. À medida que certos agrupamentos de trabalhadores manuais, através de seus sindicatos, convencionam a monopolização, ou mesmo só o controle parcial, do acesso à posse de certas habilidades vendáveis, servem para introduzir clivagens de interesses de classe nos níveis mais baixos da estrutura de classes. E, ainda talvez mais importante, a expansão da burocratização estimula um crescimento progressivo da proporção de trabalhadores não-manuais no mercado de trabalho: trabalhadores em ocupações em que o recrutamento é governado pela posse de vários níveis de qualificação educacional. Isso cria um agrupamento *white-collar* em expansão, cuja situação de classe difere substancialmente da situação daqueles em ocupações manuais.

Em sua discussão conceptual de classe, além de distinguir as puramente econômicas *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen*, Weber também se refere ao que chama de “classes sociais”. Uma classe social, no sentido de Weber, é formada por um aglomerado de situações de classe ligadas pelo fato de que envolvem chances comuns de mobili-

12. *Economy and Society*, vol. 1, pp. 110-11.

dade tanto dentro da carreira dos indivíduos quanto através das gerações. Assim, embora um operário possa, com razoável facilidade, mover-se de uma ocupação não-especializada para uma ocupação semi-especializada, e o filho de um operário possa tornar-se um operário semi-especializado, ou talvez especializado, as oportunidades tanto de mobilidade intra como intergeracional para ocupações não-manuais são muito menores. Enquanto a concepção de “classe social” permanece relativamente pouco desenvolvida nas obras de Weber, ela é de interesse particular para o seu modelo de desenvolvimento capitalista. Como o próprio Weber assinala, a noção de “classe social” está muito mais próxima da de “grupo de *status*” do que da concepção de classe puramente econômica (embora, como ocorre com a situação econômica de classe, os indivíduos que se encontram na mesma classe social não sejam necessariamente conscientes do fato). A noção de classe social é importante porque introduz um tema unificador na diversidade de relações de classe seccionadas que podem-se originar da identificação que Weber faz de “situação de classe” com “posição no mercado”. Se se aplicar estritamente essa última noção, é possível distinguir uma multiplicidade quase sem fim de situações de classe. Mas uma “classe social” só existe quando essas situações de classe agrupam-se de tal forma que criam um nexos comum de intercâmbio social entre os indivíduos. No capitalismo, Weber distingue quatro grupos de classes sociais principais: a classe operária manual; a pequena burguesia; trabalhadores *white-collar* não-proprietários (técnicos, vários tipos de empregados *white-collar*, servidores civis) possivelmente com diferenças sociais consideráveis que dependem do custo de seu treinamento; e os “privilegiados através da propriedade e da educação”.¹³ Desses agrupamentos de classes sociais, os mais significativos são a classe trabalhadora, a “classe média” não-proprietária e a “classe alta” proprietária. Weber concorda com Marx que a categoria de pequenos proprietários (*Kleinbürgertum*) tende a tornar-se progressivamente mais restrita com o amadurecimento crescente do capitalismo. O resultado desse processo, entretanto, não é normalmente que eles “mergulhem no proletariado”, mas que sejam absorvidos na categoria de trabalhadores assalariados especializados, manuais ou não-manuais, em expansão.

Enfatizar, portanto, que o “modelo abstrato de classes” de Weber é pluralista não é sustentar que ele fracassou em reconhecer laços unificadores entre as numerosas combinações de interesses de

13. *ibid.*, p. 305.

classe tornadas possíveis por sua concepção de “situação de classe”. Mas não há dúvida de que o seu ponto de vista retifica drasticamente elementos importantes do retrato que Marx faz da tendência típica de desenvolvimento da estrutura de classes capitalista. Mesmo o modelo simplificado (“classe social”) de capitalismo de Weber diverge de forma significativa da concepção marxista, ao tratar a “classe média” não-proprietária como a categoria que tende a expandir-se mais com o progresso do capitalismo. Mais do que isso, as classes sociais não constituem necessariamente “comunidades” e podem ser fragmentadas por divisões de interesse derivadas de diferenciais na posição de mercado; e, por fim, como Weber mostra em seus escritos históricos, a relação entre a estrutura de classes e a esfera política é uma relação contingente.

A maior parte dos escritos detalhados de Weber sobre as formas específicas de capitalismo de sua época concentraram-se no caso da Alemanha — um país no qual a confrontação entre um sistema agrário “feudal” e um capitalismo industrial emergente foi sentida de maneira muito mais aguda do que na maioria dos outros países da Europa Ocidental. Como Marx antes, Weber tinha aguda consciência das diferenças que separavam o desenvolvimento social alemão não só do da Inglaterra como do da França. Como Marx, Weber frequentemente usou esses países como ponto de referência para contrastar o atraso da Alemanha; mas a avaliação que ele faz do significado da transição da Alemanha para o modernismo difere consideravelmente da de seu predecessor — e, enquanto as opiniões de Marx foram amplamente estabelecidas antes da unificação do país sob a hegemonia prussiana, os escritos de Weber têm o seu ponto de partida no resíduo social e político da formação integral da Nação-Estado alemã.

A ascensão (e queda!) de Bismarck pareceu a Weber o principal exemplo do significado independente do “político” se comparado com o “econômico”. A unificação política do país foi realizada não pela liderança dos estados “burgueses” germânicos economicamente mais avançados, mas como resultado da política de poder de Bismarck, recebendo uma fonte principal de apoio dos *Junkers* da Prússia Oriental. Subseqüentemente, a Alemanha se tornou num espaço de tempo muito curto um Estado completamente industrializado, sem se converter numa “sociedade burguesa”. De acordo com a análise de Weber, essa situação era, em grande parte, resultado do vazio político deixado pelo grande sucesso da política de Bismarck

depois que ele próprio havia perdido o poder. Bismarck havia sistematicamente enfraquecido os liberais, retardado a educação política da classe trabalhadora ao colocar os socialdemocratas fora do quadro de referência constitucional do governo e deixado, em geral, o país com uma carência de liderança política capaz. Assim, para Weber, era inútil supor — como o fizeram os marxistas mais “vulgares” da época — que o progresso do industrialismo iria inevitavelmente produzir o acesso da burguesia ao poder. Pelo contrário, os escritos políticos de Weber do início do século XX em diante reverterem sempre ao tema da subordinação continuada dos elementos burgueses aos grupos de elite tradicionalmente estabelecidos.

Nesse contexto, Weber viu como eram completamente fúteis as expectativas de alguns dos líderes do Partido Socialdemocrata, de que a evolução posterior do capitalismo na Alemanha iria levar, num futuro próximo, a um “colapso” ou a uma crise econômica calamitosa, culminando num processo de mudança revolucionária. Na sua opinião, o futuro imediato da classe trabalhadora estava necessariamente ligado ao da burguesia. Não que a revolução burguesa, como Marx esperava meio século antes, fosse ser logo seguida por uma revolução proletária; de acordo com Weber, a classe operária só poderia obter algum progresso real, tanto na sua condição política quanto na econômica, dentro do quadro de referência de uma ordem burguesa. A ocorrência de uma revolução socialista, como Weber tornou claro em seus escritos durante a Revolução de 1918-19, só poderia levar ao estabelecimento de um Estado burocrático ossificado.¹⁴ Para Weber, as esperanças dos marxistas de que o Estado burocrático existente poderia ser “esmagado” ou, ao contrário, radicalmente transformado por uma revolução política, eram completamente fora de propósito. Uma das características essenciais da burocracia, como argumenta Weber em seus escritos mais conhecidos, é de que ela é à “prova de escape”: a tentativa de transformar uma administração burocrática existente só serve, afinal, para aumentar a sua força.

3. MARX E WEBER

Pode-se dizer que a maior parte da sociologia de Max Weber constitui um ataque à generalização marxista de que as lutas de classes formam o principal processo dinâmico no desenvolvimento

14. Ver Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920* (Tübingen, 1959), pp. 280-304.

da sociedade. Esse teorema é questionado por Weber, num nível teórico, em dois aspectos principais: primeiro, é que ao ver o “político” como secundário e derivativo, exagera grandemente o significado das relações econômicas dentro da infra-estrutura de organização social; segundo, é o não-reconhecimento do papel desempenhado na história por filiações de *status*, criadas como bases de formação de grupos através de processos que não dependem diretamente de relações de classes. Enquanto a maioria dos escritores secundários — e até certo ponto o próprio Weber, sobretudo na medida em que decide questionar o “marxismo vulgar” — tomaram o segundo desses pontos como o mais importante, é o primeiro, especialmente quanto à teoria do desenvolvimento capitalista, que tem mais significação.

O próprio Weber aceitou que é a “situação de classe”, mais do que a “situação de *status*”, o fator predominante no sistema de relações gerado pelo capitalismo moderno.¹⁵ Reconheceu que o capitalismo moderno é uma “sociedade de classes” em dois sentidos: estende o alcance das operações de mercado para além do que é característico de formas anteriores de sociedade; e é um sistema baseado na relação entre o capital e o trabalho assalariado “livre”. Mas a sua interpretação difere da de Marx em relação à conexão entre esses aspectos. O elemento mais essencial do capitalismo (moderno) não é o seu caráter de classe. A “ruptura” decisiva que separa o capitalismo da ordem tradicional precedente é o caráter racionalizado da empresa produtiva capitalista, um fenômeno que permanece essencial a qualquer forma de socialismo que possa suceder à sociedade capitalista. A formação da relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, que certamente pressupõe a expropriação do trabalhador do controle direto dos seus meios de produção, torna-se mais um sintoma de um processo muito mais amplo do que uma característica central da nova forma de sociedade que substitui o feudalismo.

Os escritos de Marx sobre a natureza da relação entre o Estado e a sociedade contêm uma ambigüidade definida. Por um lado, a maioria das observações de Marx sobre o Estado capitalista mos-pelo qual os interesses da classe dominante são realizados. Por outro, é exposto o teorema de que o Estado nada mais é do que o veículo tram uma consciência do significado administrativo do Estado como

15. *Economy and Society*, vol. 2, pp. 930 e segs.

“supervisor” das operações de produção capitalista. A ambigüidade não é tão marcada como pode parecer inicialmente. À medida que fica claro que Marx deseja mostrar que as meras funções administrativas do Estado capitalista, ao garantirem a operação de obrigações contratuais das quais depende o mercado de trabalho livre, são de importância fundamental para a manutenção da relação de classes entre capital e trabalho assalariado, o Estado fornece um quadro de referência coerente para a estrutura de classes inerente ao modo capitalista de produção. Entretanto, há uma diferença importante, que em nenhum lugar é coerentemente analisada por Marx, entre a concepção: (1) de que o Estado é, num sentido direto, o *instrumento* de dominação de classe, e que, portanto, a maioria de suas características organizacionais dependem do sistema capitalista de relações de classes e (2) a de que o Estado é uma agência coordenadora, responsável pelas operações administrativas globais da sociedade, *dentro da qual* uma relação de dominação de classe pertence à esfera econômica “separada”. A teoria da burocracia tem uma importância focal nesse sentido, e a maior parte do significado especial do emprego que Weber faz de um paradigma mais “político” do que “econômico” é iluminado pela comparação de suas opiniões com as de Marx sobre a questão.

Em seus vários escritos sobre burocracia, Marx indubitavelmente coloca maior peso na primeira dessas concepções. O Estado burocrático é retratado como um crescimento “parasita” sobre a sociedade, uma expressão da dominação de classe da burguesia, e destinado, portanto, a desaparecer quando a sociedade de classes for ultrapassada. E por isso, na verdade, que não há em Marx nada mais do que uma teoria bastante rudimentar da burocracia, derivada de uma simples “inversão” da concepção de Hegel da burocracia do Estado como a “classe universal”. Enquanto Hegel argumenta que a burocracia representa os interesses gerais da comunidade, contra os interesses egoístas existentes na sociedade civil, Marx sustenta que o Estado burocrático é uma manifestação evidenciada dos interesses setoriais da classe dominante. Segue-se que o “problema burocrático” é resolvido como se fosse um dos elementos do desaparecimento das classes, não requerendo análise especial. O ponto de vista de Weber, por outro lado, coloca a ênfase predominante na segunda concepção mencionada acima; o Estado burocrático oferece um paradigma da forma típica de organização social chamada à cena pela emergên-

cia do capitalismo. As relações de classes relativas ao capitalismo não são, aí, o fator determinante: a forma administrativa exemplificada no Estado burocrático é o quadro de referência necessário da empresa econômica "racionalizada". Weber não nega que a operação do mercado capitalista, se deixado a funcionar de um modo irrestrito, atua no sentido de favorecer as condições materiais do capital. Mas a transformação dessa situação, pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, não pode fornecer os meios para a transformação total da sociedade desejada por Marx.